

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A SERICICULTURA E A INFLUÊNCIA PORTUGUESA NAS CANÁRIAS

JOSÉ M. LOPES CORDEIRO *

No início da expansão marítima portuguesa o arquipélago das Canárias representava um importante ponto de apoio para as navegações atlânticas. Por esse motivo, a Coroa portuguesa procurou incorporar o arquipélago nos seus domínios ou, pelo menos, adquirir direitos para se estabelecer em algumas ilhas. Apesar do fracasso em que se saldaram essas pretensões – que se traduziu no reconhecimento por Portugal, através do Tratado de Alcáçovas (1479), dos direitos de Castela sobre o arquipélago – a emigração e a influência portuguesas ainda se fizeram sentir por mais de um século e meio.

Entre os vários aspectos que marcaram a influência portuguesa nas Canárias – como, por exemplo, ao nível da arquitectura popular, dos utensílios de lavoura, dos meios de transporte, barcos e aparelhos de pesca, e ainda a influência no falar e na literatura popular – destacam-se os aspectos particulares relacionados com a indústria têxtil e, em especial, a sericicultura e a manufactura da seda.

* Comunicação apresentada no Simpósio "Rotas Marítimas e Redes Associadas", co-organizado pela Comissão Nacional da Unesco e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Sagres, 27 Abril – 2 Maio 1992.

Apesar da grande influência da cultura tradicional portuguesa nas ilhas Canárias se manifestar claramente desde o início do período da Expansão, a investigação histórica sobre o assunto nunca lhe prestou a necessária atenção, embora a documentação existente esteja disponível e seja extraordinariamente abundante ¹. Alguns autores referem mesmo que “não existe nas Canárias nenhuma documentação da época [sécs. XV-XVI] na qual não figurem portugueses em proporção muito notória” ². No entanto, a historiografia portuguesa privilegiou quase sempre os aspectos políticos, militares e diplomáticos que envolveram os contactos com as Canárias, não levando em consideração o impacto e o significado da presença cultural dos portugueses no arquipélago, traduzida nos seus aspectos materiais, provavelmente por considerar que se tratavam de temas mais do âmbito de outras disciplinas, como a linguística, a etnologia ou a antropologia. A renovação historiográfica produzida nas últimas décadas, favorecendo a interdisciplinariedade, tornou esses receios infundados, e abriu novas perspectivas para a análise daqueles temas. Além disso, os vários aspectos da cultura material atrás salientados, representam eles próprios testemunhos históricos que é indispensável analisar, no intuito de procurar as suas raízes e compreender o seu significado.

A PRESENÇA PORTUGUESA NAS CANÁRIAS

A localização do arquipélago das Canárias, a noroeste da costa africana, constituiu o principal factor da atracção sobre todos aqueles que se dispunham a explorar o Atlântico e a costa ocidental de África. Ainda no século XIII, o arquipélago foi visitado por genoveses, catalães, castelhanos e, provavelmente, também por portugueses. No que respeita aos contactos dos portugueses com o arquipélago, a historiografia do país vizinho consagrou a existência de duas grandes etapas, tendo em atenção o carácter e o objectivo das viagens. Segundo Pérez Vidal, “de início, estas eram verdadeiras expedições, organizadas directamente pela Coroa ou por mediação do Infante D. Henrique, e tinham por objectivo a incorporação do arquipélago em Portugal ou, pelo menos, a aquisição de direitos para se estabelecer em alguma das ilhas; depois, abandonada já toda a pretensão oficial de domínio ou estabelecimento, as viagens realizaram-se a nível particular, por emigrantes e marinheiros, e não tinham outros objectivos a não ser os que impulsionaram uns e outros em todos os tempos” ³. O mesmo autor subdivide, ainda, as duas etapas em dois períodos cada: na primeira, considera um período inicial, preenchido por tentativas de reconhecimento e conquista do arquipélago, como a expedição patrocinada por D. Afonso IV em 1341, o qual se dá por concluído com a conquista da praça de Ceuta que, por sua vez, marca o início da expansão portuguesa; o segundo

período, estará compreendido entre 1415 e 1479, ano em que é acordado o tratado de Alcáçovas entre D. Afonso V e os Reis Católicos, pondo fim às pretensões portuguesas sobre o arquipélago. Na segunda etapa, o período inicial – considerado como aquele em que se atinge o apogeu dos contactos entre os portugueses e a população hispano-canária – termina com a restauração da independência portuguesa em 1640; a partir de então, inicia-se um segundo período marcado por um movimento de refluxo e de lenta decadência que, no entanto, se prolonga até à segunda metade do século XVIII.

Embora durante a primeira das etapas acima consideradas – durante a qual permaneceu a intenção de Portugal de integrar as ilhas Canárias nos seus domínios – nunca tenham deixado de se efectuar contactos pacíficos entre os portugueses e a população hispano-canária, nomeadamente de índole comercial, o estabelecimento da paz em 1479 veio favorecer o seu desenvolvimento. Com a progressão das viagens marítimas portuguesas ao longo da costa ocidental de África as ilhas Canárias vão ser visitadas cada vez com maior frequência por embarcações nacionais. Destes contactos regulares resulta, muito naturalmente, a fixação de portugueses nas Canárias, os quais rapidamente se integraram na sociedade e na vida política do arquipélago. Testemunhando essa situação encontramos, logo após a conquista definitiva da Grande Canária pelos castelhanos em 1483, a participação de um conjunto numeroso de portugueses na empresa de conquista das duas ilhas que faltavam ainda integrar o domínio de Castela: “Nessa dupla empresa, dirigida por D. Alonso Fernández de Lugo, não poucos portugueses se encontraram junto aos espanhóis e canários, não só, primeiro, nas rudes acções que foram necessárias, principalmente em Tenerife, a fim de submeter os indígenas, como depois, *na repartição das terras, das águas e até dos cargos públicos*”⁴. No entanto, do ponto de vista económico, a intervenção dos portugueses não se resumiu à participação nas actividades agrícolas, desempenhando os mais variados ofícios com destaque para o comércio, a pesca e as várias actividades ligadas à construção naval. Se tivermos em consideração que todas estas acções desenvolvidas pelos portugueses se desencadeiam imediatamente a seguir ao estabelecimento da paz de Alcáçovas, quando a população das Canárias – em particular a da ilha de Tenerife – era ainda bastante reduzida, facilmente compreenderemos o peso e a importância da influência portuguesa naquele arquipélago.

Como refere Pérez Vidal, “a afluência de portugueses às Canárias devia ter continuado a aumentar ao longo de todo o século XVI, e seguramente alcançou o seu mais elevado grau nos anos em que Portugal e Espanha se acharam unidos sob o império de Filipe II”⁵. Apesar da documentação relativa à presença portuguesa nas Canárias durante este período não ter sido ainda suficientemente compulsada, o cronista açoreano Gaspar Frutuoso (1522-91) relata-nos a forte influência deixada pelos portugueses no arquipélago, ao qual aportavam em trânsito com destino às “Índias de Castela e Brasil”⁶, ou que se estabeleciam nas várias ilhas constituindo fortes comunidades, como a de Icode dos Vinhos, “vila de duzentos vizinhos, quase todos portugueses, ricos de

vinhos, lavouras e criações”⁷. Particularmente significativo é o testemunho do italiano Leonardo Torriani que, por encargo de Filipe II, se ocupou da cartografia das ilhas, da elaboração das plantas dos seus núcleos populacionais e, ainda, de um projecto para fortificar as costas. Referindo-se a Tenerife, assinala que “a maior parte da população são portugueses, os quais, como superam às demais nações de Espanha na indústria da agricultura, conseguiram que esta ilha fosse a de maior fertilidade e riqueza”⁸.

O século XVII conhece a inversão da corrente emigratória que se vinha estabelecendo há mais de dois séculos. Se, na primeira metade da centúria se regista ainda uma significativa afluência de portugueses, esta vai decrescer a partir da recuperação da independência por parte de Portugal em 1640. Nos anos seguintes, marcados pela guerra entre os dois países, não só se verificou uma interrupção da emigração portuguesa para as Canárias, como se iniciou o abandono das Ilhas de um número significativo de famílias portuguesas aí estabelecidas. Por outro lado, o comércio que as Canárias vinham estabelecendo regularmente com várias regiões que então integravam a Coroa portuguesa declinou imediatamente após aquela data, afectando a economia do arquipélago, particularmente a do sector vinícola no qual, como vimos, os portugueses desempenhavam um papel significativo. Deste modo, a economia canária acusa negativamente a interrupção daquele comércio, pois “as partes onde podiam navegar os vinhos eram Cabo Verde, Angola, Guiné e Brasil e outros portos da Coroa de Portugal”⁹.

Embora a emigração portuguesa para as Canárias se tenha parcialmente recomposto após o termo da guerra que Portugal travou com Espanha a fim de salvaguardar a sua independência política, nunca conseguiu alcançar as proporções que tinha mantido no passado. Os destinos dos emigrantes portugueses eram agora outros. De facto, desde que os holandeses foram expulsos do Brasil, que este se apresentava como um território pleno de oportunidades, oferecendo grandes perspectivas em vários sectores da actividade económica, desde os engenhos de açúcar às actividades pecuárias e, a breve trecho, a exploração mineira. Estava assim definido outro rumo para a corrente emigratória portuguesa, que agora apenas aportava nas Canárias em trânsito para aquele território sul-americano, situação que de um modo geral caracteriza todo o século XVIII. No entanto, como salientou Pérez Vidal, a extinção da emigração portuguesa para as Canárias não se processou abruptamente, extinguindo-se gradualmente durante o século XVIII, constituindo como que “um grande ocaso, que todavia ainda não tinha completamente terminado nos finais daquele século”¹⁰.

A SERICICULTURA E A INDÚSTRIA DA SEDA NAS CANÁRIAS

A presença da seda, e das actividades com ela relacionadas, no arquipélago das Canárias, encontra-se documentada desde o início do século XVI, ou seja, pouco depois da sua integração definitiva no território sob o domínio de Castela, e o início da sua colonização. Deste modo, a influência oriunda da península ibérica na qual, como vimos, a presença portuguesa ocupava um papel de destaque, vai manifestar-se nos mais variados aspectos relacionados com o fomento das actividades económicas no arquipélago.

Apesar da precocidade das actividades relacionadas com a sericicultura e a indústria da seda, até à segunda metade do século XVIII as referências escritas não são muito abundantes. Este facto explica-se pelas características que uma e outra apresentavam, dado a sericicultura propriamente dita se desenvolver no quadro das tarefas agrícolas, e a manufactura da seda nunca ter estado regulamentada pelas Ordenanzas Municipales de la Isla, mas sim pelas disposições gerais do Reino¹¹. Além disso, a manufactura da seda constituiu em grande parte uma indústria rural, exercida domiciliariamente por uma mão-de-obra essencialmente feminina, no intervalo das suas tarefas agrícolas, pelo que se compreende a ausência de informação e a carência de fontes documentais sobre a situação daquela actividade ao longo do período referido.

Não obstante as dificuldades existentes no que respeita às fontes documentais anteriores ao século XVIII, existe um conjunto de referências sobre a sericicultura e a manufactura da seda, que nos ilucidam sobre a sua importância no âmbito das actividades económicas desenvolvidas no arquipélago nos primeiros anos da sua colonização. Relativamente à ilha de La Palma, uma Provisão Real de Fernando I, datando de 1513 – e constituindo o primeiro documento sobre a seda na ilha de La Palma –, instruiu o seu Governador para que não fosse cobrado o “dízimo da seda”, mas sim o relativo à folha da amoreira, por considerá-lo envolver maior trabalho pessoal¹². Posteriormente, “o imperador Carlos I e a sua mãe, a rainha Dona Joana, outorgaram uma Cédula Real em Toledo, em 22 de novembro de 1538, na qual se diz que na ilha de La Palma se começou a fazer e a produzir seda e que esta experiência deu resultados muito bons, defendendo a isenção de dízimos”¹³, pelas mesmas razões apontadas no documento anterior. No que respeita às outras ilhas, encontramos referências, em 1563, à manufactura da seda na Grande Canária¹⁴, e à concessão de terras na ilha de Tenerife, para a plantação de amoreiras, no início do século XVI¹⁵.

A partir do século XVIII as fontes documentais relativas à manufactura da seda tornam-se muito mais abundantes, com o surgimento de obras que analisam a situação então existente naquele sector da actividade económica do arquipélago. Tal facto tem uma explicação simples, devendo-se ao interesse

que os ideais iluministas, corporizados pelas Sociedades Económicas, começam a dedicar ao fomento das actividades económicas, nomeadamente da agricultura e da indústria. O interesse agora manifestado pelos economistas ilustrados traz à superfície uma realidade económica importante – a manufactura da seda – que, pelo facto de se tratar de uma actividade que em grande parte se exercia num ambiente rural, em regime domiciliário – não tendo estado sujeita ao pagamento da dízima ou de impostos –, não tinha ainda sido alvo da necessária atenção. Deste modo, só a partir do estabelecimento da Sociedade Económica de La Laguna “contamos com uma instituição que dedique o seu interesse ao tema das indústrias na ilha. A partir de então (1776) começam a ser frequentes as estatísticas que apresentam, com maior ou menor amplitude, informações sobre aspectos tais como: matérias primas, mão-de-obra empregue na manufactura, qualidade e variedade dos géneros e os seus centros produtores, e estimativas sobre a produção total de produtos elaborados”¹⁶. Infelizmente, esta abundância de informação e de fontes documentais refere-se a uma época em que a presença portuguesa no arquipélago já não tem grande expressão, pelo que não a podemos utilizar para avaliar a influência portuguesa na indústria da seda do arquipélago. No entanto, é interessante verificar que a localidade de Icode dos Vinhos onde, no século XVI, os portugueses tinham formado uma forte comunidade, constituía na segunda metade do século XVIII, a povoação na qual “maior importância adquiriram as obras menores de seda”¹⁷.

ASPECTOS DA INFLUÊNCIA PORTUGUESA

O papel desempenhado pelos portugueses na colonização do arquipélago das Canárias e a influência, que por esse motivo, exerceram nas suas actividades económicas, na arquitectura, na linguagem e na literatura tradicional, nos costumes ou nos utensílios de lavoura, já foi anteriormente assinalada. Valerá a pena destacar, no entanto, que os portugueses foram os responsáveis pela introdução e divulgação de actividades económicas tão importantes como a produção da cana de açúcar e a indústria açucareira: “deste arquipélago [a Madeira] (...) passaram para as Canárias não só o doce cultivo, como especialistas na colheita e mestres de açúcar, como era preciso, quase todo o pessoal auxiliar: carpinteiros, caldeireiros, refinadores, etc.”¹⁸. Foi a base do futuro esplendor açucareiro das Ilhas”¹⁹.

No que respeita à sericultura e à manufactura da seda, as fontes disponíveis, cujas características para o período anterior ao século XVIII foram já salientadas, não nos fornecem indicações precisas sobre a participação directa de portugueses no desenvolvimento daquelas actividades. No entanto,

existem muitos aspectos da actividade sericícola e da manufactura da seda que, também aqui, comprovam uma significativa influência da comunidade portuguesa estabelecida no arquipélago.

O aspecto mais saliente da influência portuguesa nas diferentes actividades relacionadas com a seda reside na terminologia utilizada, tal como se verifica noutros sectores da cultura material do arquipélago²⁰. Quer nas operações relativas à sericicultura, quer nas relacionadas directamente com o trabalho no tear, encontramos um numeroso e muito significativo conjunto de vocábulos que nos comprovam uma influência directa da cultura portuguesa. Se atendermos ao facto de, como vimos, as actividades relacionadas com a seda terem sido introduzidas no arquipélago com os primeiros colonizadores, entre os quais se contavam inúmeros portugueses, facilmente aceitamos o papel que, pelo menos, estes tiveram na difusão da sericicultura e da manufactura da seda no arquipélago.

No que respeita à sericicultura propriamente dita ainda hoje são utilizados nas Canárias vocábulos como *borboleta* (em castelhano, *mariposa*) e *bicho da seda* (em castelhano *gusano*), idênticos aos que se encontram na língua portuguesa. Merece especial destaque a persistência da utilização dos vocábulos *bicho da seda*, para designar o insecto, pois em todas as regiões do Estado espanhol o mesmo é designado por *gusano*, o que nos revela o seu profundo enraizamento – e, conseqüentemente, a sua antiguidade – na cultura canária, capaz de o tornar imune à forte pressão linguística exercida pelo castelhano.

Quanto aos vocábulos directamente relacionados com a manufactura da seda, entre o numeroso conjunto apresentado por Pérez Vidal²¹, seleccionamos os seguintes, que julgamos constituírem os exemplos mais significativos. Assim, no que respeita à nomenclatura do tear, encontramos: *órgano* (em castelhano, *enjullo* ou *enjulio*), para designar *orgão*; *piaña* (em castelhano, *pedal del telar*), correspondendo ao vocábulo português *peanha*; *queja* (em castelhano, *caja del peine*), que não tem nada a ver com qualquer expressão de dor, mas com o português *queixa*, relativo a cada uma das peças de madeira que seguram, entre si, superior e inferiormente, os dentes do pente do tear; e, por último, *ordume* (em castelhano, *tela guadera* ou *urdimbre*) e *tapume* (em castelhano, *trama*), idênticos ao português *ordume* e *tapume*.

Há ainda um outro aspecto relativo à manufactura da seda que, embora não se possa apresentar como uma manifestação da influência portuguesa, não deixa de merecer alguma reflexão. É o facto de, ainda hoje, persistir no arquipélago uma produção artesanal da seda, que continua a utilizar as técnicas e os equipamentos rudimentares, tal como se verificava na primeira metade do século XVI²². A persistência desta tecnologia, que poderemos considerar “arcaica” resulta, quanto a nós, do carácter rural e disperso que marcou a actividade manufactureira a qual, em grande parte, era exercida pelo elemento feminino trabalhando em regime domiciliário, o que permitiu a conservação das técnicas tradicionais, e a não adopção de todo o conjunto de inovações que desde aquela época a indústria da seda foi sucessivamente introduzindo.

Gaspar Fructuoso, o cronista açoriano atrás referido, transmite-nos uma notícia da ilha de La Palma bastante esclarecedora quanto a este aspecto. Refere ele, que as camponesas islenhas “são galantes e vestem com tanto custo, que parecem ter grandes rendas, e sustêm tudo com os queijos que fazem: bordam bem, mas *quase não sabem fiar nem tecer, coisa que deixam para as portuguesas*, só em fazer camisas, respuntar gibões, bordar almofadas e fazer obras de rede muito custosas ganham para todos os seus fastos”²³. Como assinala Pérez Vidal, a notícia “confirma duas coisas: o carácter caseiro de grande parte das actividades têxteis e a elevada participação nelas da mão lusa”²⁴. Deste modo não é de estranhar que as duas únicas localidades que ainda hoje utilizam esta tecnologia artesanal sejam El Paso e Freixo de Espada-à-Cinta (onde encontramos características semelhantes às que existiram nas Canárias, como o carácter rural e domiciliário, e a presença do elemento feminino), nomeadamente na operação de dobar o fio de seda utilizando-se para o efeito, em ambas as localidades, um engenho exactamente do mesmo tipo.

O desenvolvimento da sericultura e da manufactura da seda nas Canárias, pode considerar-se um dos aspectos particulares que se desenrolaram no âmbito do processo de trocas culturais verificado durante a expansão portuguesa, o qual deverá ser procurado noutros territórios que integraram o caminho marítimo para o Oriente, e sofreram igualmente a influência da cultura portuguesa, nos seus diferentes aspectos. Formulada desta maneira a questão adquire uma perspectiva que não se enquadra na forma como tem vindo a ser apresentada: já não se trata propriamente da inserção da expansão portuguesa nas rotas marítimas da seda pré-existentes mas, a constatação da existência, para além delas, de uma rota marítima muito particular, que se desenvolveu paralelamente aos avanços da expansão portuguesa em direcção ao Oriente. Um tema que, porventura, merecerá alguma reflexão.

NOTAS

¹ Refira-se, apenas no que diz respeito a Tenerife, a documentação existente nos vários arquivos da ilha como, o Arquivo da Real Sociedade Económica dos Amigos do País de La Laguna, o Arquivo Municipal de La Laguna, o Arquivo Municipal de Icod de Los Vinos, o Arquivo Paroquial de San Marcos de Icod de los Vinos, o Arquivo do antigo Cabido da Ilha, o Arquivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife, a Biblioteca Municipal de Santa Cruz de Tenerife, e o Arquivo Municipal de Puerto de La Cruz.

² PÉREZ VIDAL, José (1991), *Los Portugueses en Canárias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, p.26.

³ *Ibidem*, p. 13.

⁴ Sublinhado nosso. Consultar, a propósito, a obra *Reformación del Repartimiento de Tenerife en 1506 y colección de documentos sobre el Adelantado y su gobierno*, com introdução de Elías Serra Ràfols e Leopoldo de la Rosa, publicada em 1953 pelo Instituto de Estudios Canários, págs. 31, 38, 39-40, 46, 48 e 50 onde, com base em documentação da época, se transcrevem declarações prestadas em 1506 por várias testemunhas que confirmam a

distribuição de terras a portugueses. Citado por PÉREZ VIDAL, J. (1985), *Estudios de Etnografía y Folklore Canarios*, Santa Cruz de Tenerife, Museo Etnografico, p. 18.

⁵ PÉREZ VIDAL, José (1991), *Los Portugueses en Canárias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 36.

⁶ FRUCTUOSO, Gaspar (1924), *Saudades da Terra*, Livro IV (Ilha de S. Miguel), Vol. IV, Ponta Delgada, Tip. do "Diário dos Açores", p. 95, 150, 164 e 200.

⁷ *Ibidem*, Vol. I, Ponta Delgada, p. 63, citado por PÉREZ VIDAL, José (1991), *Idem*, p. 46.

⁸ Cfr. TORRIANI, Leonardo (1959), *Descripción e historia del reino de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, p. 171 e 242, citado por PÉREZ VIDAL, José (1991), *Idem*, p. 46.

⁹ Cfr. *Memorial de los inquisidores al Rey sobre el Comercio de Indias*, 15 de Junho de 1654, in MILLARES TORRES, Agustín (1874), *Historia de la Inquisición en las Islas Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, tomo III, p. 154, citado por PÉREZ VIDAL, José (1991), *Idem*, p. 56.

¹⁰ *Ibidem*, p. 57.

¹¹ NUÑEZ PESTANO, J. R. et al. (1984), *Las Manufacturas Textiles en Tenerife*, La Laguna, Universidad de La Laguna, p. 14.

¹² Cfr. POGGIO LORENZO, Félix (1945), *Vida y tragedia de las sedas de El Paso*, *Diario de Avisos*, citado por SÁNCHEZ, María Angeles (1987), *La Seda en La Palma*, Santa Cruz de Tenerife, Consejería de Industria y Energía de Canarias y Ministerio de Industria y Energía, p. 17.

¹³ Citado por SÁNCHEZ, María Angeles (1987), *Idem*, p. 17, com base na obra de Juan Régulo Perez, "Antigüedad de la sericultura en Canarias", *Revista de Historia*, La Laguna, XII, 1946.

¹⁴ Cfr. José de Viera y Clavijo (1942), *Diccionario de Historia Natural de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, citado por SÁNCHEZ, María Angeles (1987), *Idem*, p. 17.

¹⁵ RÉGULO PEREZ, J. (1976), *La Laguna y la sericultura canaria*, La Laguna, p. 31.

¹⁶ NUÑEZ PESTANO, J. R. et al. (1984), *Las Manufacturas Textiles en Tenerife*, La Laguna, Universidad de La Laguna, p. 24.

¹⁷ *Ibidem*, p. 101.

¹⁸ Cfr. María Luisa Fabrellas, "La producción de azúcar en Tenerife", *Revista de Historia*, La Laguna, XVIII, p. 471, citado por PÉREZ VIDAL, José (1991), *Los Portugueses en Canárias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 20.

¹⁹ *Ibidem*, p. 20.

²⁰ A bibliografía sobre este assunto é bastante extensa, merecendo especial destaque os trabalhos de José Pérez Vidal, nomeadamente "Esbozo de un estudio de la influencia portuguesa en la cultura tradicional canaria", in *Homenaje a Elías Serra Ràfols*, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1970, *Estudios de Etnografía y Folklore Canarios*, Santa Cruz de Tenerife, Museo Etnografico, 1985, e *Los Portugueses en Canárias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.

²¹ PÉREZ VIDAL, José (1991), *Los Portugueses en Canárias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 248-256.

²² MARTÍN HERNÁNDEZ, Braulio (1985), "Algunas notas históricas referentes a la seda de El Paso", in NODA GOMEZ, Talio (1985), *La Seda. Un arte palmero de siglos*, La Palma, Ayuntamiento de El Paso, p. 13, e HERNÁNDEZ, María Victòria (1991), "Le futur de la soie en Canarias", comunicação apresentada no Colóquio do Conselho da Europa "Itinerários Culturais Europeus - As Rotas da Seda", Barcelona, 6-12 de Maio, dactilog., p. 1.

²³ Cfr. FRUCTUOSO, Gaspar (1964), *Las Islas Canarias (de "Saudades da Terra")*, La Laguna de Tenerife, Instituto de Estudios Canarios, p. 109, citado e sublinhado por PÉREZ VIDAL, José (1991), *Ibidem*, p. 249.

²⁴ PÉREZ VIDAL, José (1991), *Ibidem*, p. 249.

BIBLIOGRAFIA

- FRUCTUOSO, Gaspar (1922), *Saudades da Terra*, Vol. IV, Porto.
- HERNÁNDEZ, Maria Victòria (1991), "Le futur de la soie en Canarias", comunicação apresentada no Colóquio do Conselho da Europa "Itinerários Culturais Europeus - As Rotas da Seda", Barcelona, 6-12 de Maio, dactilog.
- NODA GOMEZ, Talio (1985), *La Seda. Un arte palmero de siglos*, La Palma, Ayuntamiento de El Paso.
- NUÑEZ PESTANO, Juan Ramon *et al.* (1984), *Las Manufacturas Textiles en Tenerife*, La Laguna, Universidad de La Laguna.
- PÉREZ VIDAL, José (1985), *Estudios de Etnografía y Folklore Canarios*, Santa Cruz de Tenerife, Museo Etnografico.
- PÉREZ VIDAL, José (1991), *Los Portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.
- RÉGULO PEREZ, Juan (1976), *La Laguna y la Sericultura Canaria*, La Laguna, Ayuntamiento de San Cristobal de La Laguna.
- SÁNCHEZ, María Angeles (1987), *La Seda en La Palma*, Santa Cruz de Tenerife, Consejería de Industria y Energía de Canarias y Ministerio de Industria y Energía.